

FH: quem é contra alta do IR não pensa nos pobres

Presidente afirma que não vai abrir mão de implementar uma política voltada para a parcela mais carente da população

Rudolfo Lago e Maria Lima

• BRASÍLIA. O presidente Fernando Henrique resolveu jogar duro para preservar as medidas do pacote de ajuste fiscal e acabou provocando um confronto com o Congresso, especialmente com o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA). Ontem, o presidente reiterou apoio integral ao pacote e partiu para o ataque contra os que defendem a mudança de algumas medidas impopulares. Num discurso no Planalto, Fernando Henrique disse que aqueles que defendiam a retirada do aumento do Imposto de Renda da Pessoa Física do pacote não pensavam nos interesses da população mais pobre.

O presidente do Senado, que vem se manifestando publicamente contra esse aumento, reagiu imediatamente à crítica do presidente e reafirmou que continuará sendo contra a medida provisória do IRPF, mesmo que a equipe econômica não encontre outra alternativa. Ele reafirmou que está cada vez mais convencido de que a medida não passa no Congresso. À noite, os dois tiveram uma conversa, mas Antônio Carlos insistiu em apresentar ao presidente nova alternativa, que prevê alíquota de 2% de imposto sobre produtos supérfluos importados.

FH diz que não abre mão de política voltada para o povo

No discurso ontem de manhã, Fernando Henrique afirmou que o Governo não vai recuar na determinação de implementar uma política voltada para a parcela mais pobre da população. E condenou enfaticamente a atitude dos que tentam distorcer as medidas do pacote.

— Todas as vezes que no Brasil se quer atender aos mais pobres, os mais ricos gritam, como se fosse em nome do povo, para impedir que se mude as coisas e dizem: "Não. Estão tocando no bolso do povo". Não é do povo, é deles, dos que mais têm. Mas nós vamos insistir na linha de atender aos que mais necessitam e não àqueles que por já terem, têm mais capacidade de falar, de ir à televisão, para o rádio, para a imprensa e até para o Congresso Nacional para protestar com mais veemência, enquanto a maioria que necessita não tem ainda os recursos de mobilização — disse Fernando Henrique.

O desabafo público na manhã de ontem foi menos veemente que a preocupação manifestada pelo presidente na noite anterior, quando recebeu a cúpula do PMDB no Palácio da Alvorada. Depois de ser informado da decisão de ter sua candidatura apoiada pelo partido, Fernando Henrique



FERNANDO HENRIQUE: "Todas as vezes que no Brasil se quer atender aos mais pobres, os mais ricos gritam, como se estivessem falando em nome do povo"

que fez discurso de 30 minutos para os presentes, entre eles o presidente da Câmara Michel Temer (PMDB-SP). Os parlamentares presentes ficaram impressionados com o estado de ânimo do presidente, que não escondeu estar assustado com os efeitos da globalização econômica, mas mostrou extrema disposição de brigar para preservar os meios institucionais de combate à atual crise. Ele confessou estar disposto até mesmo a rever seu programa de metas, mas inflexível quanto ao pacote de medidas anunciadas no início da semana.

— Num momento de crise como esse, o governante tem de buscar apoios e unir o país. Se não fizer isso, fica isolado num

processo avassalador. E, diante de uma crise dessas, o governante só tem dois caminhos: a ditadura, que não vou seguir. Ou a queda, e eu também não quero cair! — desabafou Fernando Henrique, dizendo-se aliviado com o apoio do PMDB.

Num dia de ânimos acirrados e muita troca de farpa, em conversas reservadas Antônio Carlos Magalhães mostrou irritação e disposição de desafiar o Planalto. Segundo parlamentares, ele chegou a dizer que defendia a alternativa ao aumento do IRPF porque, ao fazer seu papel, pode andar livremente nas ruas. Mais tarde, em entrevista coletiva, procurou minimizar as declarações de Fernando Henrique. Disse que

não considerou as declarações uma crítica pessoal e ressaltou que os dois se respeitam. A amigos, o senador deixou clara sua irritação, afirmando que não costuma recuar em suas posições e que está fazendo isso em defesa do povo brasileiro.

Publicamente, o senador disse que está otimista com a possibilidade de o Governo encontrar uma alternativa. Afirmou até que não se incomodaria de perder desde que estivesse ao lado do povo brasileiro.

O tom de desafio do dia anterior levou Antônio Carlos a encontros com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, e com Fernando Henrique, com quem tinha con-

versado na noite de quarta-feira:

— Não houve crítica a mim. Ele (presidente) me respeita e eu o respeito. Agora, mesmo que não haja alternativa, eu sou contra, eu luto contra. Se foi uma crítica subliminar a mim eu não sei. Tem gente que pensa que eu faço crítica subliminar a ele, e eu não faço. Não é uma queda-de-braço, tenho minha opinião pessoal e não abro mão. Não levo minhas opiniões para uma luta de confronto, agora estou defendendo isso porque defendo o povo. Estou cada vez mais convencido de que não deve passar o aumento do IRPF. Não me incomodo de perder, mas quero perder ao lado do povo brasileiro.

A decisão do presidente do Se-

nado de insistir na mudança do IR foi criticada pelo líder do PSDB na Câmara, Aécio Neves (MG), que saiu em defesa de FH:

— Quem manda no país é o presidente. Quem manda na Câmara são os 513 deputados. Quem manda no Senado, eu não sei.

Líder do PMDB na Câmara reage à fala de FH

Não só Antônio Carlos Magalhães se sentiu atingido. Os principais líderes do PFL e do PMDB — partidos que buscam alternativas ao aumento do imposto de renda pessoa física — reagiram duramente às palavras do presidente.

— O presidente não tem o monopólio do patriotismo. Nós temos todo o direito de criticar pontos do pacote e oferecer alternativas melhores — reagiu o líder do PMDB na Câmara, Geddel Vieira Lima (BA).

O presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), chegou a telefonar para Fernando Henrique para esclarecer as acusações. Porém, Temer foi mais reticente, evitando o confronto.

— O líder do PFL na Câmara, Inocêncio de Oliveira (PE) também reagiu às declarações do presidente:

— A carapuça não me serviu. Não sei quem o presidente queria atingir, mas a frase não foi feliz.

Na avaliação dos líderes do PMDB e do PFL, a discussão pontual do pacote faz parte das atribuições do Congresso e não pode gerar reações negativas das bolsas de valores, como quer fazer entender o Governo.

— Não acredito que uma conversa aqui no Congresso faça tão mal aos humores das bolsas. Nós vamos continuar discutindo e buscando encontrar as melhores soluções para o país — afirmou Geddel.

No PSDB, que adotou como tática o apoio integral ao plano, o elemento gerador do confronto entre o Executivo e o Legislativo não foram as frases do presidente ontem, mas a determinação demonstrada por Antônio Carlos de alterar o pacote, mesmo que isso não fosse recomendado pela equipe econômica do governo.

Em conversa com o presidente ontem à noite, Antônio Carlos sugeriu o aumento da alíquota do imposto das importações, principalmente dos produtos supérfluos, como alternativa ao aumento do IRPF.

Por intermédio do porta-voz, embaixador Sérgio Amaral, o presidente negou, durante a tarde, que teria se referido ao Congresso quando, pela manhã, reclamou dos críticos do pacote fiscal. ■

COLABOROU Cristiane Jungblut e Adriana Vasconcelos